

### ESTADO DO PARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



### PARECER PRÉVIO Nº 13/2020

Parecer ao Projeto de Lei n. 116/2019, de iniciativa do Poder Legislativo, que dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos do Município de Parauapebas.

### I - RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei n. 116/2019, de iniciativa do Poder Legislativo, que dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos do Município de Parauapebas.

O texto foi encaminhado a esta Procuradoria, para fins de análise por intermédio do Parecer Prévio, previsto no § 1º, do art. 241, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parauapebas.

É o relatório.

Página 1 de 5

in M





# CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO PARECER JURÍDICO INTERNO № 09/2020

### II – FUNDAMENTAÇÃO:

A Constituição Federal de 1988 conferiu aos municípios natureza de ente federativo autônomo, dotado da capacidade de auto-organização e auto-legislação autogoverno e autoadministração. O legislador constituinte adotou como critério ou fundamento para a reparação de competência entre os diferentes entes federativos o denominado princípio da predominância do interesse. Portanto, cabe aos municípios legislar sobre assunto de interesse local (art. 30, inciso I da Constituição Federal de 1988).

A proposição legislativa em comento, conforme consta no art. 1º, visa disciplinar a remoção de veículos automotores, elétricos, de propulsão humana ou tração animal, semirreboques ou similares em logradouros públicos no âmbito municipal.

Em relação à competência legislativa, não há quaisquer dúvidas que o Projeto é de interesse local, por isso não há nenhum vício na competência.

Ao lado da competência, há de se observar a iniciativa para propor o projeto. Em regra ela é comum podendo o Legislativo ou Executivo iniciarem as proposições. Excepcionalmente há competências privativas, que no âmbito deste Município estão previstas no art. 53 da LOM. No projeto em comento percebe-se que há vício de iniciativa.

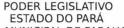
No projeto há matéria afeta à inciativa legislativa privativa do Prefeito, vez que tratou de temas como organização administrativa e criação de novas atribuições a órgão da administração pública municipal. O tema é tratado inicialmente na Constituição Federal, passa pela Constituição do Estado do Pará, e por fim previsto na Lei Orgânica Municipal de Parauapebas:

#### Constituição Federal de 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais

Página 2 de 5





### CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 09/2020

Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

[...]

II - disponham sobre:

[...]

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

### Constituição do Estado do Pará

Art. 105. São de iniciativa privativa do Governador as leis que:

[..]

II - disponham sobre:

[..]

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública

### Lei Orgânica do Município de Parauapebas

Art. 53. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

[...]

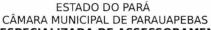
V organização administrativa, serviços públicos e de pessoal da administração; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica no 001/2016, de 26 de abril de 2016)

[..]

VII – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

[...]





## PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO PARECER JURÍDICO INTERNO № 09/2020

À guisa de esclarecimento, o Tribunal de Justiça do Rio grande do Sul declarou inconstitucional projetos que tratou de matéria similar a que ora se analisa, conforme segue:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Cumpre ser declarada a inconstitucionalidade da lei municipal que, ao dispor sobre os procedimentos a serem tomados quanto à remoção (guinchamento) de veículos automotores, legislou sobre o funcionamento da Administração e suas relações com terceiros, matéria de exclusiva competência do Chefe do Executivo local, afrontando o disposto pelos arts. 8°, 10, 60, inciso II, alíneas "a", "b" e "d" 61, inciso I, e 82, incisos I e VII, todos da Carta Estadual. Ação julgada procedente. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70006613962, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Carlos Stangler Pereira, Julgado em 24/11/2003)

Vale registrar que, dispondo a Administração Pública do poder discricionário, pelo qual se faz livre na escolha dos motivos de conveniência e oportunidade para a prática de certos atos, compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo propor projetos que tenham matérias afetas às subsumidas no Art. 53 da LOM, como a que se apresenta no presente caso.

तिक ५





## CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO PARECER JURÍDICO INTERNO № 09/2020

### III) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo dado que atendido parcialmente os aspectos da constitucionalidade e da legalidade, **entende, conclui e opina** pela <u>INCONSTITUCIONALIDADE</u> <u>E</u> <u>ILEGALIDADE</u> do Projeto de Lei nº 116/2019, pelos fundamentos apontados alhures.

É o parecer, s.m.j.

Parauapebas/PA, 02 de março de 2020.

Cícero Barros

Gene Borres

Procurador

Mat. 0562323

PODERLEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Dr. Celso Valério N. Pereira
Procurador Geral Legislativo
Port. 072/2019